

## A PSICOLOGIA COMO FERRAMENTA POLÍTICA NO PROCESSO DE SUJEIÇÃO DA CRIANÇA

### Psychology as a political tool in the child's submission process

#### Resumo

Para Foucault, o século XVIII estabelece um novo lugar para a infância. Mudam as relações entre adultos e crianças, numa sociedade que se organiza sob novas bases, em que o poder soberano perde a sua potência e é substituído por uma nova forma de governar pelo uso de saberes, como a Psicologia. Neste contexto histórico de incremento demográfico, em que ocorre uma expansão da base monetária e um notável aumento da produção agrícola, emerge o problema da população que tem conexão estreita com o modo de governar. O modelo da família orientado para a arte de governar perde sua potência. É preciso gerir a vida dos indivíduos, agir diretamente sobre a população: estimular ou bloquear a taxa de natalidade, prevenir a mortalidade, controlar os fluxos populacionais, entender a população como sujeito de necessidades e aspirações. As crianças passam a ser alvo, mediante operações políticas, de intervenções econômicas, campanhas ideológicas de moralização e de escolarização, intervenção calculada. Adulto e criança se diferenciam e se distanciam, numa operação que constitui a justificativa para a intervenção familiar e para a prática da educação institucionalizada. É preciso garantir o mito da inocência, a “realidade quimérica” da infância (ou, pelo menos, a sua narrativa) para garantir a sua presença nos processos de controle e regulação. O debate em torno da dignidade da criança e do adolescente vai ser entabulado neste espaço, em perspectiva de uma filosofia que usa o método da *genealogia*.

**Palavras-chave:** Psicologia. Política. Criança. Família. Foucault.

**José Euclimar Xavier de Menezes**

Doutor e Pós Doutor, Docente e Coordenador de Pesquisa da Faculdade Social da Bahia, Editor da Diálogos Possíveis. Email: [menezesjex@hotmail.com](mailto:menezesjex@hotmail.com).

De que modo a Psicologia, desde a sua gênese, compreende, explica e intervém a/na conduta infantil? Como o cenário da modernidade a inscreve em um *mais alguém* de sua competência técnica? Qual o significado da operação que traz para o primeiro plano um papel político da Psicologia em sua abordagem acerca da infância?

Neste ensaio, tais questões são contornadas pelo pensamento crítico de Michel Foucault que realiza, em etapas sucessivas, mas convergentes, a montagem de sua argumentação, cujo eixo reside na recíproca sustentação entre saber e poder.

Parte significativa do trabalho do *jovem Foucault* se debruça sobre a Psicologia: de meados dos anos 1950, a meados dos anos 1960, portanto, nos avatares de composição de sua reflexão, em um esforço de acrisolamento da Psicologia, o autor já enuncia com vigor suas teses que se consolidarão com o tempo: a origem da Psicologia envolve uma suspeita que inverte a importância do propalado escopo terapêutico desse saber, por seu efeito final de modelagem das condutas.

Em termos mais simples: o escopo das psicologias não reside tanto na busca da cura, mesmo que isto seja enunciado como bandeira de sua razão de ser. Na verdade, as bases de sua construção, de sua afirmação e de sua eficácia estão postas em uma espécie *mais alguém* de seu trabalho reflexivo-epistemológico, laboratorial-técnico e terapêutico. E esse *mais alguém* é de natureza política. Isto é: todo o esforço teórico e técnico da Psicologia, isto é, compreensivo e interventivo, apoia-se em um projeto que lhe antecede e ultrapassa, a saber, o projeto da Modernidade, cujo eixo reside em modelar um sujeito adequado para habitar a nova ordem social.

As ameaças a esse projeto, indica Foucault em vários momentos de sua obra, exige uma engenharia teórico-pragmática que torne eficiente o esforço do novo ordenamento social. Nessa convergência, cabe à Psicologia compreender, definir e manter, qual ferramenta de controle social, as condições psicológicas ideais:

A Psicologia, em contrapartida, nasce nesse ponto do qual a prática do homem encontra sua própria contradição: a psicologia do desenvolvimento nasceu como uma reflexão sobre as interrupções do desenvolvimento; a psicologia da adaptação, como uma análise dos fenômenos de inadaptação; a da memória, da consciência, do sentimento, surgiu primeiro como uma psicologia do esquecimento, do inconsciente e das perturbações afetivas. Sem forçar uma exatidão, pode-se dizer que a psicologia contemporânea é, em sua origem, uma análise do anormal, do patológico, do conflituoso, uma reflexão sobre as contradições do homem consigo mesmo. (FOUCAULT, 2002, p.135-151).

Quer dizer, a força motriz que opera a gênese da Psicologia é o desvio, o anormal, o patológico. A partir dessa tese, pode-se indagar: de que maneira a criança se torna alvo do esforço psicológico na modelagem de sua subjetividade? Das várias teorias psicológicas que Foucault considera nos textos de juventude, ganha relevo a Metapsicologia<sup>1</sup>. Como uma espécie de representante das elaborações explicativas psicológicas, confere-se, no freudismo, essa espécie de compulsão recorrente desse saber na compreensão, explicação e proposição

---

<sup>1</sup> Não é o caso aqui de retomar esse debate *déjà vieux*, explorado à exaustão (CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990; HYPOLITE, J. *Figures de la pensée philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971)

interventiva da conduta: “E a psicanálise acreditou poder escrever uma psicologia da criança, fazendo uma patologia do adulto” (FOUCAULT, 1975, p. 27).

Na reflexão que Foucault nomeia de *As dimensões psicológicas da doença*, constitutiva de *Doença mental...*, examina a Psicologia mediante o olhar negativo que ela dirige à doença. Para ele, todas as psicologias operaram esse reducionismo. E o fizeram porque a tendência das psicopatologias se dirigiu para uma dupla perspectiva: para o evolucionismo e para a regressão.

Como procedeu Freud na proposição de uma teoria explicativa da estruturação psíquica? Considerando a patologia como dimensão estruturante da vida psíquica, exatamente porque apagou a diferença entre a normalidade e a anormalidade, bem como acentuou a dimensão negativa da doença. Ou, em outros termos: parece que Freud, testemunhando as tendências psicológicas que passam a definir o homem e, com isto, a ocupar papel importante nas bases psíquicas de seu funcionamento social, toma como ponto de partida uma visão negativa do homem. Por assim dizer, uma antropologia negativa.

A demonstração de Foucault quanto ao *modus operandi* psicanalítico, paradigma de todo esforço psicológico, repousa na análise das fases da libido, tal como Freud propôs: 1. Na fase oral, o objeto é o alimento e todo prazer é obtido pelo uso da boca. Todas as frustrações alimentares estabelecem complexos de desmame, *déficits* psicológicos, neurose de abandono, hebefrenia. 2. Na fase anal, o destaque é fornecido à agressividade e à dependência compulsiva do sujeito. A figura paterna é registrada como limitante e controladora; e a criança passa a se comportar para com ela de modo ambivalente. Para tanto, usa de um duplo dispositivo: introjeção da figura paterna e rejeição dela seguindo os moldes de conduta devoradora e expelidora dos alimentos. Dessa experiência primordial derivam os complexos obsessivos, caracterizados pela dúvida, pela interrogação e pela compulsão proibitiva. 3. Na fase genital, está em jogo a integridade corporal e o narcisismo cultivado pelo sujeito. A experiência traumática nesse momento resultará numa histeria ou numa fobia. 4. A fase fálica se caracteriza sobre a escolha de objeto. Nesse momento, o sujeito experimenta o processo de identificação e vive um conflito emocional ambivalente, o complexo edipiano, que estruturará doravante a sua personalidade.

Toda a acidez de Foucault conflui para essa simetria estabelecida pela Psicanálise que ele reputa reducionista: derivar dos estágios estruturantes do psiquismo a própria morfologia psicopatológica. Tudo indica que os germes da patologia já repousariam nessas estruturas. A

libido em si mesma já seria uma potencial ordem patológica: “Em resumo, todo estágio libidinal é uma estrutura patológica virtual. A neurose é uma arqueologia espontânea da libido” (FOUCAULT, 1975, p. 29). Tal posição é negativa e reducionista. Foucault a rejeita. Sob seu olhar, a Psicanálise construiu um mito que descreve de modo canhestro as ocorrências psíquicas, pretendendo conferir a esse delírio um caráter explicativo. Ora, não passa de mito:

No horizonte de todas estas análises, há, sem dúvida, temas explicativos que se situam por si mesmos nas fronteiras do mito: o mito, inicialmente, de uma certa substância psicológica ("libido", em Freud, "força psíquica" em Janet) que seria a matéria bruta da evolução, e que, progredindo no decorrer do desenvolvimento individual e social, sofreria uma espécie de recaída, e voltaria, devido à doença, a seu estado anterior; o mito também de uma identidade entre o doente, o primitivo e a criança, mito através do qual se tranqüiliza a consciência escandalizada diante da doença mental, e consolida-se a consciência presa a seus preconceitos culturais (FOUCAULT, 1975, p. 32).

Trata-se da própria estruturação da memória, das condições que o psiquismo estabelece na organização da vida mental do indivíduo. O núcleo dessa memória é primitivo, rudimentar, simplório. Contra isso, Foucault propõe que se considere esse estágio da vida mental como efetivamente primordial. É nele que está assentada, inclusive, a possibilidade das conquistas sucessivas de funções secundárias e sofisticadas. O segundo ponto de apoio desse mito reside na identidade entre primitivo, neurótico e criança (FREUD, 1990). Nos três tipos, estampam-se o fato da regressão no sentido negativo, bem como a vulnerabilidade de suas estruturas mentais frágeis para enfrentar as dificuldades inerentes à existência. É neste *gap* que a Psicologia passa a cumprir a sua função ‘norteadora’ ou, como já se insinua nesse momento da letra de Foucault, passa a exercer a sua função normalizadora. Ou mais explicitamente ainda: assume, sub-repticiamente, sua função política no jogo de modelagem dos sujeitos.

Fato é que a repercussão desse mito ocorre em duas áreas: a científica e a ética. De um só golpe, esse ‘delírio teórico’ pretende descrever e explicar condutas, ao tempo em que regulamenta as condutas normais desejáveis. A força desse mito reside em propor que a personalidade se esgota nas funções complexas. Ora, onde estaria a personalidade, sua força pujante na anterioridade das funções complexas, como aqueles que se exprimem tanto na criança, quanto no neurótico e no primitivo? De antemão, existe nesses estágios de desenvolvimento uma espécie de "patologicidade" que lhes é inerente e crônica? Ser criança é ser doente? Ser primitivo também? A própria personalidade já seria ela a própria morbidez estruturada?

Tudo isso não merece crédito, segundo Foucault. É imperativo que se busque uma forma de descrever a personalidade, sem que a perspectiva seja patológica:

Não se trata de invalidar as análises da regressão patológica, mas é preciso libertá-las dos mitos dos quais nem Janet nem Freud souberam decantá-las. Seria inútil, sem dúvida, dizer, numa perspectiva explicativa, que o homem, adoecendo, volta a ser uma criança: mas do ponto de vista descritivo é exato dizer que o doente manifesta, na sua personalidade mórbida, condutas segmentarias, análogas às de uma idade anterior ou de outra cultura; a doença descobre e privilegia condutas normalmente integradas. A regressão só deve então ser entendida como um dos aspectos descritivos da doença (FOUCAULT, 1954a, p. 34).

Em outros termos, a manifestação patológica não autoriza que se faça relações causais, explicativas, do modo como procedem as psicologias e a Psicanálise. E o problema maior está em que, como se recua do nível da descrição para o da explicação, sem os cuidados metodológicos necessários, o resultado é uma equivalência das manifestações patológicas com as supostas origens igualmente patológicas. Trata-se de uma projeção indevida de um quadro concreto, que sofreu certas injunções traumáticas, em momentos nos quais a vida psicológica se organizava de modo originário. Ou, ainda, trata-se de uma petição de princípio tomar a descrição de um dado momento em que se observa uma manifestação desordenada da personalidade e transportar esse momento, qual estado estrutural, para períodos nos quais se vivia outra realidade. Equívoco metodológico, sem dúvida, mas, sobretudo, equívoco ético, porque será tomado como ponto de partida para dirigir condutas.

É necessário, portanto, calibrar as ferramentas de observação, para que se possa realizar uma descrição mais completa dos fenômenos psicológicos e que respeite a complexidade da vida psíquica, exigência que não está respeitada no estágio em que se encontram as descrições psicológicas<sup>1</sup>, sobretudo no que concerne às teorias que se debruçam sobre a infância. Qual poder normativo, a psicologia se torna a matriz de uma racionalidade disciplinar e um modelo de influência institucional que irá lidar com a infância.

Do ponto de vista de uma *genealogia*, indicar como se mantém essa crítica é a tarefa aqui assumida, agora não mais a partir do arcabouço de uma ‘quase epistemologia’, a exemplo da que Foucault se ocupa nos fins dos anos 50, anos nos quais o diálogo do autor com as Psicologias é direto, tenso e intenso<sup>2</sup>. No ‘segundo Foucault’, o foco é deslocado da

---

<sup>1</sup> Isso é reiterado no balanço que Foucault realiza de toda a história das psicologias em seu texto *La psychologie de 1850 a 1950*, do livro *Dits et écrits* (Paris: Gallimard, 1994. v. 1, p. 120-136).

<sup>2</sup> Confirmam-se os textos elaborados no período: *Rever dès sés plaisirs. Sur l’<onoricritique>’<Artemidoro>*; *La Psychologie de 1850 a 1950*; *La recherche scientifique et la psychologie*, todos com o título *Dits et écrits* (Paris: Gallimard, 1994. v. 1); *Maladie mentale et personnalité* (Paris: Presses Universitaires de France, 1954); *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975; *Histoire de la folie*. Paris: Gallimard,

constituição do saber que lida com a infância para os efeitos que esse saber alcança na lida com a criança. Ou, ainda, a letra foucaultina opera um deslocamento da preocupação com o saber que se ocupa da estrutura anormal originária da vida psíquica, para considerar o modo de constituição de sujeitos, como, por exemplo, o sujeito infantil anormal, monstruoso, incorrigível, masturbador, produtos de uma ciência que fabricará tecnologias de correção e de adaptação. A genealogia de uma ciência especializada na conduta infantil permitirá à sociedade disciplinar, que é a nossa, modelar com eficiência a conduta, no momento mesmo de sua estruturação.

Em *Vigiar e punir* encontraremos as ferramentas conceituais que possibilitam uma certa medida dos efeitos da aplicação dos saberes psi. Embora, no texto, tudo pareça indicar as ciências jurídicas como alvo da analítica de Foucault, é o conjunto das ciências humanas que está sendo escrutinado. Em certa medida, tudo o que se diz das ciências penais aplica-se, a rigor, às ciências psi<sup>1</sup>. Aliás, a própria Psicologia terá sua gênese marcada por esse traço obsessivo de uma preocupação com a moralidade. O que, afinal, *Vigiar e punir* oferece como argumentação que cimta a hipótese inquietante da crítica foucaultiana acerca do papel normatizador da Psicologia? Como ela converge no esforço requerido pela sociedade disciplinar para modelar personalidades em formação, bem como para mantê-las em funcionamento sincrônico com as demandas sociais, uma vez estruturadas?

Já em sua abertura, o texto oferece indicativos para o encaminhamento desse problema: no comparativo de dois documentos quase vizinhos no tempo, o relatório do suplício de Demiens e o regimento da casa de internação de jovens infratores, Foucault demonstra as mudanças da dinâmica de funcionamento social que estão em curso: a viragem da organização de uma sociedade que usa o suplício como modalidade de tratamento dos sujeitos/conduitas transgressoras da normatividade social, no cenário da monarquia, para uma sociedade que planifica, regulamenta, monitora, vigia e pune esses sujeitos/conduitas, mediante uma dinâmica que não mais é da simples eliminação. O foco repousa na infração legal, na letra da lei como vontade direta do soberano (FOUCAULT, 1987). Herdeiros que somos do racionalismo de XVII e estimulados entusiasticamente pelo humanismo que

---

1972.(Collection Tel).

<sup>1</sup> Posição reiterada pelos especialistas, como Zancarini (2000); Veyne (1982), Szabón (1970), Tronca (1987); Verón (1996), Ribeiro (1985); Rajchman (1987).

imediatamente o sucede mediante o empreendimento iluminista, passamos a adotar uma outra postura para com a anormalidade. Esta outra postura é marcada preponderantemente por uma ultrapassagem da punição que reduz o sujeito à sua insignificância, para uma outra perspectiva que o utiliza favorável e positivamente para o fortalecimento do novo ordenamento social. Invés da legalidade, é a norma que passa a ser a grande obsessão de todo o movimento correcional da sociedade moderna.

Canguilhem sublinha que a noção de norma põe em relevo o vocabulário específico de instituições científicas modernas como a Medicina, a Psicologia e a Pedagogia: “Normal é o termo através do qual o século XIX vai designar o protótipo escolar e os estados de saúde orgânico e psíquico” (CANGUILHEM, 1988, p. 175). Desse modo, uma escola normal supõe normas e metodologias psicopedagógicas precisas, que põem em marcha o desenvolvimento de um processo de normalização que emerge como exigência de racionalização da vida social e econômica, que pressupõe, por sua vez, um estado habitual ou um estado ideal. A norma supõe a anterioridade de sua diferença, de uma infração, de uma conduta que tende à transgressão e à hostilidade ao social.

Ora, essas mudanças não podem ocorrer sem a adesão dos sujeitos que habitam esse novo cenário democrático, republicano, burguês, celeiro no qual viceja a Psicologia como ciência da conduta (MALLEA, 1988). Diria mesmo que essas mudanças, acorde os indicadores de *Vigiar e punir*, constituem-se em aspirações do *humanismo* que doravante vai presidir a modelagem das subjetividades. Tudo reiterado por *Os anormais*. Quais são, portanto, os novos pilares que sustentam o novo ordenamento social? E mais especificamente ainda: de que modo a anormalidade infantil se tornou objeto?

Historicamente, a figura da criança anormal se inscreve nesse dispositivo de normalização. Michel Foucault mostra como a área psi se constituiu como uma tecnologia da anormalidade ou da anomalia. A genealogia que ele constroi da anormalidade sublinha a importância de três grandes figuras: o monstro, a criança incorrigível ou inadmissível pelo sistema educativo e a criança marturbadora. A cientificidade da área psi deriva, portanto, da criança anormal, de modo que a infância é o seu alvo central, seu ponto de generalização: “Com efeito, são as condutas da criança que vão clarear a patologia do adulto (a fixação sobre essas condutas infantis). De modo que a psiquiatria em sua totalidade é uma ciência da infantilidade das condutas e das estruturas” (FOUCAULT, 1999, p. 290).

Encontra-se, assim, no coração dessa tecnologia disciplinar da anormalidade, a figura da criança anormal, monstruosa, incorrigível e perversa. A infância é subsumida pelas ciências psi através da responsabilidade patológica do conjunto das condutas do adulto e através da infantilidade dos comportamentos que formam uma grade de análise de toda a vida psíquica. Em outros termos: em função da normalização, as ciências psi psicopatologizam todo o funcionamento mental, bem como sua estrutura, apagando qualquer diferença entre normal e patológico.

Assim procedendo, as ciências psi compõem um conjunto de condutas desviantes, indóceis, desordenadas, que promovem a própria necessidade de afirmação dessas mesmas ciências. “A norma possui de um único golpe uma regularidade funcional em oposição ao mórbido e uma regra de conduta por oposição à desordem e à irregularidade” (FOUCAULT, 1999, p. 159). E desse modo conquista uma poderosa inversão, a saber: as ciências psi permitem transformar uma regra de conduta como regularidade funcional. Inevitável a conclusão: a norma representa, de um único golpe, uma determinação de saber e de poder, exatamente porque este saber sobre a anormalidade fornece um poder extraordinário de correção e de readaptação. A disciplina que a área psi aplica em âmbito pedagógico, no espaço ordinário da escola, tornou-se tecnologia de correção. A família, o bairro, a escola, a casa de correção definem um campo disciplinar corretivo que as ciências psi vêm fortalecer e patologizar. A própria integração da criança ao seu ambiente coloca suas raízes nesse dispositivo de normalização, que pode ser traduzido em dispositivo de normalização e de regulação.

Foucault demonstra como uma verdadeira tecnologia psico-patológica da família surge: a partir das relações entre pais e filhos, penetrada por uma racionalidade médica e psicopedagógica que se projetam sobre a realidade familiar, no afã de capturar os seus *déficits* para corrigi-los. As relações familiares entre pais e filhos se tornam o campo, a fonte, a própria origem dos problemas e irregularidades psíquicas. De modo que as tecnologias corretivas devem se exercer a partir da família, de seu interior, para controlar a anomalia. Abre-se, desse modo, um campo de irregularidades intrafamiliares susceptível de correção.

Em *Vigiar e punir*, Foucault demonstra que a racionalização do espaço pedagógico se expande para integrar as relações intrafamiliares aos esquemas disciplinares, mediante a difusão dos esquemas médicos, psicológicos que passam a reger a educação familiar e os possíveis desvios. A escola se torna, através desse golpe, um *locus* privilegiado de vigilância

dos pais. Dado comprobatório, para Foucault, de que a sociedade moderna convoca um saber capaz de inscrever os sujeitos em seu seio, integrando-os às necessidades da lei social. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de saber que se articula com um tipo de poder que se exerce não a partir do centro, mas da difusão de mecanismos disciplinares capazes de promover a introjeção de valores e condutas desejáveis no sujeito. Quem faz isso? Instituições como a escola, a família, o exército. Como o faz? Através de um campo de conhecimento construído por saberes do homem, do qual se destaca a Psicologia:

É assim, que no século XIX, desenvolve-se em torno da instituição judiciária uma série gigantesca de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia, etc [...] com função de não mais punir a infração dos indivíduos, mas de corrigir as suas virtualidades (FOUCAULT, 2005, p. 40).

Este saber do indivíduo supõe uma máquina de vigilância, cujo modelo é um microscópio de observação, mensuração e estimulação das condutas. A relação de vigilância repousa no coração da prática terapêutica, segundo Foucault. Essa vigilância constante só faz sentido na medida em que é acompanhada de uma sanção normalizadora, definindo uma micropenalidade do uso do tempo (como no caso dos atrasos das crianças às atividades escolares), da concentração (medidas corretivas à desatenção das crianças aos exercícios escolares), do modo de se relacionar e se reportar aos outros (alerta contra a má educação no trato com os outros), do modo de se expressar (calibrando o modo de expressividade das crianças), do modo de se impostar (adequando a postura corporal ao tipo de atividade que se demanda da criança), da observação dos maus hábitos sexuais como a masturbação. A relação de cada criança com o saber, com o fazer, com a conduta própria, é que justifica uma intervenção que se pretenderá terapêutica, justificada enquanto penalização normatizante, a partir das condutas indesejáveis. Toda transgressão à norma de aprendizagem ou à regra pode ser objeto de sanção. A ordem assim definida é, de um só golpe, jurídica (regramento psicopedagógico instituído) e natural (a evolução da criança em seus diferentes estágios). Esta coincidência entre as expectativas psicopedagógicas e as fases de desenvolvimento da criança torna possível a emergência de uma regulamentação para cada período do desenvolvimento infantil. A matriz da psicologia infantil é, assim, disciplinar.

Investidas pelo bio-poder em seus corpos sujeitados, “as crianças” serão seres vivos, cuja vida se calculará, e cujo fato de viver cairá no campo de controle do saber e de intervenção do poder, os quais se deixarão implicar em sua saúde, alimentação, condições de existência, necessidades, interesses, desejos, identidade (CORAZZA, 1998, p. 12).

Na estratégia de eficiência, esse projeto de controle da conduta da criança, para o qual corrobora a Psicologia, é feito mediante exercícios que corrigem os *déficits* de aprendizagem, de expressividade, de conduta, que se repetem, multiplicam-se e se intensificam. Trata-se sempre de gratificar ou sancionar mediante um saber psicopedagógico analítico que quer diferenciar e medir os valores, as capacidades ou, ao contrário, identificar os anormais.

A Psicologia, portanto, participa, concorre e promove a eficácia do aparelho educativo. Participa ativa e intensamente dessa maquinaria institucional que fomenta a aprendizagem, a vigilância, a recompensa e a internalização de hierarquia, que modela a máquina de normatização que é a sociedade moderna.

Quais os ganhos dessa nova engenharia de integração dos jovens à nova ordem social? Foucault estabelece, dessa maneira, a genealogia disciplinar dos grandes conceitos da Pedagogia, a saber, o exame, o valor e a sanção. A Psicologia da criança, a Psicopatologia, a Psicopedagogia supõem o exercício desse poder normalizador e disciplinar. Trata-se muito mais de um jogo de poder-saber que busca maximizar a racionalidade social. As ciências humanas, e particularmente as ciências que lidam com a criança, privilegiam seu modo de intervenção na conduta através da análise das minúcias da disciplina:

Temos que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento (FOUCAULT, 1987, p. 78).

Foucault nos oferece um exemplo nesse sentido, retirado da Psicologia escolar e da Psicometria da inteligência, mediante as quais a investigação é procedida a partir do atraso escolar e dos *déficits* cognitivos. Afinal, a que serve a educação? Ao mesmo tempo serve aos interesses disciplinares e àqueles de emancipação. A consolidação de um ensino especializado, no início do século XX, ganha sentido através da constituição das disciplinas escolares: o que fazer com aqueles que, por deficiência ou indocilidade, não são produtivos? A questão é, portanto, maximizar a produção agindo sobre as próprias condições de produtividade, além de propor as tecnologias de correção. A finalidade da Pedagogia é ortopédica e o ensino especializado nada mais é que sua manifestação mais visível.

Kant em seu *Proposto de pedagogia* faz da disciplina uma das finalidades essenciais da escola, talvez seu escopo primeiro. Para ele, ela é aquilo que transforma a animalidade em humanidade. Negativa, ela tem por objetivo desfazer no homem a sua selvageria, promover no homem a luta contra os impulsos animais que impõem o risco de desviar a criança de seu destino humano. Portanto, a vocação da escola é impor esta disciplina, de submeter a criança à contrição da lei:

Assim, no começo, enviamos as crianças à escola não com a idéia que eles devam adquirir lá qualquer saber, mas que eles tenham as chances de se habituar a estarem tranqüilo, a observar ao pé da letra o que lhes é prescrito e que eles não tenham, mais tarde, a possibilidade de executar impulsivamente cada um dos seus caprichos (KANT, 1986, p. 1150).

A escola começa por ser bem mais um lugar de educação que de instrução. Seu escopo mais privilegiado é ser mais que lugar de saber. Para suportar esse escopo, deverá existir uma disciplina da *razão pura*, qualquer coisa como uma legislação negativa, “[...] um sistema de precaução e de exame de si mesmo” (KANT, 1986, p. 1297). O real problema da escola é, portanto, para Foucault, depois de Kant, a criança indócil, perversa, rebelde.

Na verdade, a disciplina educativa participa de um jogo mais global de proteção social. Trata-se de identificar as zonas de perigo em proveito de uma defesa social generalizada que passa por técnicas de higiene pública. A ameaça é representada pela criança perversa, louca, indócil, como vetor de desordem e de problema. Foucault mostra como essas desordens foram patologizadas, codificadas como loucura ou problemas psicopatológicos, para fazê-los, na sequência, objeto de técnicas corretivas. A sociedade moderna empreendeu na realidade um conjunto de defesa contra seus anormais, concebendo as ciências para lhe proteger com as ferramentas científicas.

Na perspectiva de Foucault, é necessário reter a vocação defensiva desses discursos científicos e dessas práticas corretivas que traduzem, sobretudo, um grande medo da diferença. Nessa direção, o século XIX desenvolve uma sensibilidade específica para com o adolescente, considerado como sujeito tributário de uma grande inquietude, superfície de crise, ameaça potencial. Pensa-se, num certo discurso de observação da adolescência como o psicológico, que este é um período da vida no qual se vive a grande crise existencial, o período de ingratidão por excelência, de errância moral, de caos.

Foucault mostra como as condutas, as mais tênues do cotidiano, as anomalias as mais finas, as minúsculas delinquências se tornam objeto de uma atenção particular. Coloca-se em relevo uma suspeição generalizada sobre as irregularidades as mais insignificantes. O

enquadramento educativo e terapêutico, por seu turno, deve exibir as normas, firme e detalhadamente. O conjunto das tecnologias corretivas supõe a constituição de um espaço disciplinar de visibilidade no qual a menor anomalia possa ser acuada, julgada, avaliada. Em suma, tem-se com o advento da psicologia da infância, convergente em propósito com a Pedagogia, uma micrologia da conduta infantil, um aparato dos comportamentos minúsculos, como se a grande figura do monstro tivesse sido aspergida em uma multiplicidade de pequenas anomalias, graças à operação da Psicologia, em convergir para as metas de um poder que se vale do saber no ordenamento social. Neste sentido bem preciso, a Psicologia passa a ser uma ferramenta política de sujeição.

## REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. *As paixões intelectuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1 e 2.
- CANGUILHEM, G. *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF, 1988.
- CASTELS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003. v. 1 e 2.
- CORAZZA, S. M. *História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do R Grande do Sul, Porto Alegre.
- FOUCAULT, M. *Cours au collège de France 1974-1975: les anormaux*. Paris: Seuil ; Gallimard, 1999.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 40.
- FOUCAULT, M. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. (Biblioteca Tempo Brasileiro). Original data de 1954.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*. Paris: Gallimard, 1972. (Collection Tel).
- FOUCAULT, M. *Maladie mentale et personnalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.
- FOUCAULT, M. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. In: \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

- FOUCAULT, M. La psychologie de 1850 à 1950. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 1, p. 120-136. Original data de 1957.
- FOUCAULT, M. La recherche scientifique et la psychologie. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 1.
- FOUCAULT, M. *Rever dès sés plaisirs: sur l'<onoricritique> 'Artemidoro'*. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits*, Paris: Gallimard, 1994. v. 3.
- FREUD, S. *Totem e tabu*. Buenos Aires: Amorrortu. 1990. cap. 3. Original data de 1913.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HYPOLITE, J. *Figures de la pensée philosophique*. Paris: PUF, 1971.
- KANT, E. Propos de pédagogie. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres philosophiques*. Direction de Ferdinand Alquié. Paris: Gallimard, 1986. t. 3 (La Pléiade)
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MALLEA, G. *Foucault y la ética*. Buenos Aires: Biblos, 1988.
- RAJCHMAN, J. *Foucault e a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- RIBEIRO, RJ., *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SAZBÓN, J. et al. *Estructuralismo y psicoanálisis*. Tucuman: Nueva Visión, 1970.
- THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.
- TOURAINÉ, A. *A crítica da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- TRONCA, I. *Foucault vivo*. Campinas: Pontes, 1987.
- VARELA, Julia; ALVAREZ-URÍA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 6, 1992.
- VERÓN, E. *Análisis de Michel Foucault*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1996.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília, DF: Ed. UNB, 1982.
- WALKERDINE, Valérie. Um análise foucaultiana da pedagogia construtivista. In: SILVA, T.T. (Org.). *Liberdades reguladas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- ZANCARINI, J.C. *Lectures de Michel Foucault*. Paris: ENS Ed., 2000.

## **Abstract**

The eighteenth century sets a new place for childhood in the Foucault's opinion. The relationship between adults and children changes in a society that is organized under a new foundation, in which the sovereign power loses its power and is replaced by a new form of government through the use of knowledges, such as Psychology. In this historical context of population growth, in which an expansion of the monetary base happens and there is a remarkable increase in agricultural production, the problem of population that is closely connected with the way of governing emerges. The model of family oriented to the art of government loses its potency. It is necessary to manage the lives of individuals, acting directly on the population: to stimulate or block the birth rate, prevent mortality, controlling population flows, understand the population as a subject of needs and aspirations. Children

become the target of political operations, economic interventions, ideological campaigns of moralization and schooling and calculated intervention. Adult and child are different and distant between themselves in an operation that is a justification for family intervention and the practice of institutionalized education. It is necessary to ensure the myth of innocence, the "chimerical reality" of childhood (or at least its narrative) to put its presence in the process of control and regulation. The debate on the dignity of the child and the adolescent will be made in this text from a perspective of a philosophy that uses the method of genealogy.

**Keywords:** Psychology. Politics. Child. Family. Foucault.